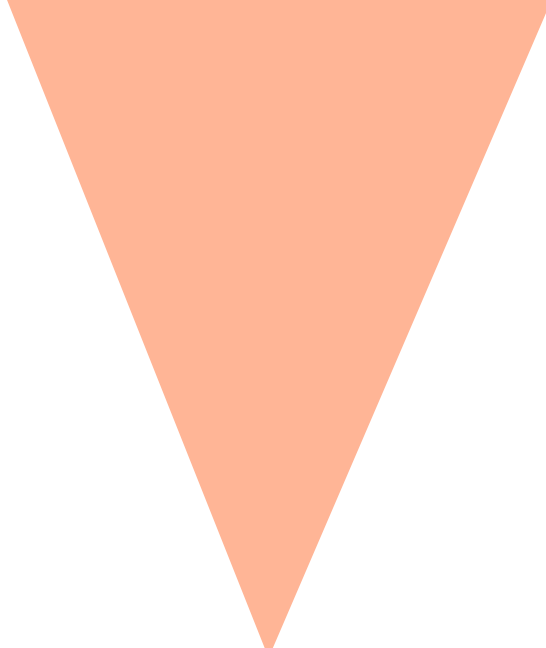




SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA

*a luta dos povos indígenas contra
o apagamento epistêmico*

Silas de Paula¹

-
- 1 Doutor pela Universidade de Loughborough (Inglaterra, 1995), Diretor do Museu da Imagem e do Som do Ceará. silasdepaula@gmail.com

RESUMO:

O artigo analisa o apagamento epistêmico dos povos indígenas diante da crise climática, evidenciando como seus saberes tradicionais têm sido sistematicamente marginalizados nas políticas públicas ambientais. A partir de uma perspectiva decolonial e da análise de produções audiovisuais e práticas midiáticas contemporâneas, o estudo investiga como comunicadores e comunicadoras indígenas constroem contranarrativas de resistência e reexistência. O conceito de etnogênese é mobilizado para compreender como símbolos identitários são atualizados por meio das mídias digitais, redes sociais e linguagens visuais. O objetivo é demonstrar que essas estratégias comunicacionais são fundamentais não apenas para o reconhecimento das epistemologias indígenas, mas para a formulação de políticas ambientais mais justas e plurais. Metodologicamente, o trabalho se baseia em análise documental e bibliográfica interdisciplinar. Conclui-se que o fortalecimento das mídias indígenas é decisivo para a justiça climática e para a superação do epistemicídio.

Palavras-chave: Epistemologias indígenas; mídia indígena; justiça climática; etnogênese; decolonialidade.

ABSTRACT:

This article analyzes the epistemic erasure of Indigenous peoples in the context of the climate crisis, emphasizing how their traditional knowledge has been systematically marginalized by environmental public policies. Drawing on a decolonial perspective and analyzing both audiovisual productions and contemporary media practices, the study examines how Indigenous communicators build counter-narratives of resistance and reexistence. The concept of ethnogenesis is employed to understand how identity symbols are rearticulated through digital platforms, social media, and visual languages. The aim is to demonstrate that these communicative strategies are essential not only for the recognition of Indigenous epistemologies but also for the development of more just and plural environmental policies. Methodologically, the work is grounded in interdisciplinary documentary and bibliographic analysis. It concludes that strengthening Indigenous media is vital for climate justice and the dismantling of epistemicide.

Keywords: Indigenous epistemologies; Indigenous media; Climate justice; Ethnogenesis; Decoloniality.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos desafios mais urgentes do século XXI, impactando territórios e populações de maneira desigual. No Brasil, os povos indígenas são diretamente afetados pela degradação ambiental, tanto pela perda de seus territórios quanto pela marginalização de seus saberes tradicionais nos debates sobre soluções climáticas. Enquanto estudos demonstram que as terras indígenas possuem as menores taxas de desmatamento e são essenciais para a manutenção dos ecossistemas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021), as políticas ambientais e culturais ainda falham em integrar essas comunidades como protagonistas na formulação de estratégias de preservação. O conceito de etnogênese, desenvolvido por Eugène Roosens (1989), é fundamental para compreender os processos pelos quais grupos étnicos, diante de situações de marginalização e opressão, constroem ou reconstroem suas identidades coletivas como estratégia de resistência cultural, social e política. Roosens (1989) define etnogênese como o processo de (re)emergência e (re)construção da etnicidade, geralmente desencadeado por contextos de ameaça cultural, colonização ou repressão sistemática. Nesse processo, elementos simbólicos – como a língua, os rituais, a memória coletiva e os territórios – são ativados

ou reinterpretados para reforçar o sentimento de pertencimento e de distinção em relação ao grupo dominante. Esse fenômeno revela que a identidade étnica não é essencialista ou estática, mas sim uma construção social e histórica, que pode ser mobilizada em diferentes contextos conforme as necessidades políticas e culturais do grupo.

Durante séculos, esses povos foram silenciados, homogeneizados sob o rótulo genérico de índios e, frequentemente, desprovidos do direito à autoidentificação. Frente a esse apagamento simbólico e político, muitos grupos passaram a reafirmar ou reinventar elementos de sua cultura como forma de resistência – um movimento muitas vezes associado à luta por direitos territoriais, autonomia e reconhecimento (DE PAULA, 2006).

A etnogênese não implica uma volta ao passado essencialista, mas sim uma reinterpretação crítica da tradição, mediada pelas condições contemporâneas de existência. Trata-se de um processo dialético, no qual a identidade se atualiza constantemente em diálogo com o contexto político, econômico e cultural. Nesse sentido, a etnogênese é uma forma ativa de agenciamento histórico, uma resposta insurgente à tentativa de assimilação forçada ou invisibilização. No Brasil, a formação de organizações como a União das Nações Indígenas (UNI) e a produção audiovisual do projeto *Vídeo nas Aldeias*, na década de 1980, são exemplos claros de etnogênese em ação. Esses movimentos demonstram que, longe de desaparecerem, as identidades indígenas se reinventam e se fortalecem diante da marginalização, reafirmando o direito de ser, de narrar e de resistir.

Os críticos do modelo de Roosens argumentam que ele simplifica demais o complexo processo de etnogênese e ignora o papel do poder e da desigualdade na formação de identidades étnicas, e sugerem que o modelo enfatiza demais o papel da cultura e negligência outros fatores que contribuem para a identidade étnica, como interesses econômicos e políticos (BARTH, 1994; ERIKSEN, 1993; JENKINS, 1994). Apesar dessas críticas, seu modelo continua sendo uma estrutura valiosa para a compreensão do processo de etnogênese.

A marginalização das epistemologias indígenas reflete o que Boaventura de Sousa Santos (2007) define como “epistemicídio” – a eliminação sistemática de saberes não hegemônicos. Esse processo perpetua a lógica da “colonialidade do saber” (QUIJANO, 2005, p. 117), em que os modelos ocidentais de desenvolvimento ignoram conhecimentos ancestrais sobre sustentabilidade e gestão territorial. Nesse artigo, analisamos como essa desconexão entre políticas climáticas e a proteção do patrimônio cultural indígena se manifesta, discutindo ainda como as mídias indígenas têm emergido como ferramentas fundamentais de resistência e protagonismo e como o conceito de “culturas do silêncio” (FREIRE, 1970, p. 1) pode ser aplicado à invisibilização das narrativas indígenas no contexto da crise climática. Argumentamos que essa exclusão se manifesta tanto no apagamento das suas contribuições para a preservação ambiental quanto na formulação de políticas públicas que desconsideram suas práticas ancestrais de sustentabilidade. A partir da análise de produções audiovisuais e políticas ambientais, investigamos o papel da mídia indígena e os novos protagonistas desses grupos nas redes sociais construindo um processo de resistência cultural com a criação de contranarrativas que desafiam esse silenciamento.

APAGAMENTO EPISTÊMICO E COLONIALIDADE DO SABER

A crise climática contemporânea não é apenas uma emergência ecológica: é também uma crise de representação, de conhecimento e de legitimidade política. Os povos indígenas, que historicamente foram colocados à margem dos processos decisórios e das políticas ambientais, encontram-se hoje no centro das disputas por território, memória e futuro. São, simultaneamente, os mais afetados pelos impactos da degradação ambiental e os principais guardiões de saberes ancestrais sobre sustentabilidade e equilíbrio ecológico. No entanto, apesar de sua contribuição incontornável para a preservação dos biomas e da biodiversidade, as epistemologias indígenas seguem sistematicamente desvalorizadas, invisibilizadas ou

apropriadas sem reconhecimento. Um processo contínuo de negação e silenciamento, da destruição dos saberes não hegemônicos por meio da imposição de um regime de verdade baseado na ciência ocidental, na racionalidade instrumental e no paradigma desenvolvimentista. Nesse regime, o conhecimento indígena é frequentemente reduzido a “tradição” ou “folclore”, incapaz de disputar espaço com os discursos técnicos que dominam o campo da política ambiental global. A “colonialidade do saber”, então, opera por meio da hierarquização das formas de conhecer (QUIJANO, 2005, p. 117). Ao privilegiar as epistemes eurocêntricas, esse sistema não apenas marginaliza esses saberes, mas também legitima modelos de desenvolvimento que são, em si mesmos, produtores de colapso ecológico. A crise climática, portanto, não pode ser separada da estrutura colonial que sustentou a modernidade e que continua a operar por meio da exclusão sistemática de vozes originárias.

A imagem, então, emerge como instrumento de resistência e reexistência, uma insurgência simbólica. Por meio do audiovisual e redes sociais, os indígenas têm criado espaços de visibilidade e fala onde antes imperava o silêncio. A câmera e a tela, ferramentas historicamente utilizadas para observar e classificar os outros na perspectiva colonial, são ressignificadas como meio de denúncia, educação e mobilização. Filmes, vídeos e conteúdos produzidos por indígenas nas redes sociais, revelam não apenas suas lutas territoriais, mas também suas cosmologias, suas linguagens e seus modos próprios de se relacionar com o mundo. Ocupam esses espaços como territórios de fala e criação de mundos possíveis, em oposição à lógica colonial que historicamente os têm silenciados. “Demarcar a tela” (KRENAK, 2022a, 2min34s) é um gesto político – e fazem isso ao transformar seus corpos, vozes, imagens e narrativas em instrumentos de luta contra o epistemicídio e a crise climática.

Se por séculos os povos originários lutaram pela demarcação de seus territórios físicos, hoje lutam por ela e pela ocupação dos territórios midiáticos, reconhecendo que o poder de narrar é também o poder

de existir. A produção indígena representa uma forma de contra-cartografia epistemológica, mapeando territórios de memória e saber a partir de perspectivas internas. Esses materiais desafiam as estéticas coloniais e os roteiros exóticos comumente atribuídos aos indígenas, ao mesmo tempo em que constroem uma estética própria, politizada e espiritualizada, ocupando as redes digitais com narrativas que articulam denúncia, ancestralidade e futuro. Suas performances não apenas informam, mas afirmam presença no tempo presente, desafiando a ideia de que pertencem ao passado. Ao fazê-lo, tensionam o campo da comunicação e da cultura, deslocando as fronteiras entre o saber, o território e a linguagem.

A imagem sonora deixa de ser apenas representação e passa a ser ação – um gesto político que confronta o apagamento, que dá corpo à memória e que propõe novas formas de pertencimento e existência. No coração da crise climática, eles ocupam a linha de frente da devastação, assim como a da imaginação de futuros possíveis. Ao se apropriarem da tela, da mídia digital, dos documentários e de outros meios de comunicação, contestam essa exclusão, propondo novas formas de interpretar e interagir com o mundo, baseadas na sua relação ancestral com a natureza e o território. Esse processo pode ser compreendido à luz da noção de “ecologias de saberes”, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 25), que sugere a coexistência de múltiplas formas de conhecimento sem que uma se sobreponha à outra. Ailton Krenak, em suas obras, aborda a necessidade de reconhecer essa pluralidade de saberes e sua interconexão entre humanidade e natureza. Em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, Krenak (2019) critica a visão antropocêntrica que separa o ser humano da natureza, enfatizando a importância de integrar diferentes formas de conhecimento para uma convivência sustentável, e destaca a cosmovisão indígena, que vê a Terra como um organismo vivo, oferecendo perspectivas valiosas para repensar nossa relação com o planeta.

Ao valorizar essas diversas epistemologias, a visão de Krenak contribui para uma ecologia dos saberes que enriquece nossa

compreensão e interação com o mundo natural. Além disso, documentários como *A Última Floresta* (2021), dirigido por Luiz Bolognesi em parceria com o líder yanomami Davi Kopenawa, desafiam as narrativas convencionais sobre preservação ambiental, colocando em primeiro plano a visão indígena sobre o equilíbrio ecológico e a espiritualidade ligada à floresta. Essa ressignificação contribui para o combate estereótipos, além de posicionar os povos indígenas como agentes de conhecimento, em oposição à visão que os reduzia a objetos de estudo ou personagens exóticos da história nacional. Movimento este que rompe com a lógica da invisibilização e os coloca como protagonistas de suas próprias histórias, contestando diretamente a marginalização imposta pelas mídias tradicionais.

A valorização dessas epistemologias ambientais no debate climático vai além de uma questão de justiça social: trata-se de uma necessidade urgente para a formulação de políticas ambientais mais eficazes. Diversos estudos demonstram que os territórios indígenas possuem os maiores índices de preservação ambiental, evidenciando que suas práticas de manejo sustentável da biodiversidade são fundamentais na luta contra a crise climática (ALBERT, 2020; VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Tais conhecimentos ainda são, sistematicamente, ignorados ou apropriados sem o devido reconhecimento.

Na questão climática, a imagem sonora assume um papel que expande-se da documentação cultural: ela se torna um ato de resistência. Como discute Mitchell (2006), a imagem não é apenas uma representação estática, mas um campo de tensão entre o visível e o vivido, entre presença e ausência. Essa concepção sugere que a mídia indígena denuncia os impactos ambientais sobre seus territórios e propõe novas formas de pensar o pertencimento bem como a memória. A exclusão desses grupos dos espaços de decisão sobre mudanças climáticas reflete um padrão estrutural de negligência. Mesmo com avanços legislativos, como o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas na Constituição Federal de 1988 e o compromisso do Brasil com acordos internacionais como a Convenção 169 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), a implementação de medidas eficazes ainda esbarra em interesses políticos e econômicos que favorecem a expansão do agronegócio e da mineração. A crise climática intensifica esse cenário ao deslocar comunidades, inviabilizar práticas culturais ligadas ao território e reforçar a dependência de políticas assistencialistas que não consideram a autonomia desses grupos.

A superação das culturas do silêncio passa pelo fortalecimento dessas vozes, pelo reconhecimento dos saberes tradicionais como fundamentais na construção de soluções ambientais e pela inclusão efetiva das comunidades indígenas nos processos de formulação de políticas públicas. A produção audiovisual, a educação intercultural e as redes sociais de resistência desempenham um papel central nesse movimento, evidenciando que romper com o silenciamento imposto historicamente é um ato de justiça social, assim como uma necessidade urgente para a construção de futuros sustentáveis.

OLHARES LOCAIS, ESCUTAS GLOBAIS

A relação entre mídia, cultura e poder tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica, especialmente no que tange à construção da visualidade como mecanismo tanto de dominação quanto de resistência (MIRZOEFF, 1999). A produção e a circulação de imagens não são neutras: constituem dispositivos de poder que moldam a percepção pública, atuando como ferramentas de controle social ou de contestação política. No contexto da crise climática, a mídia assume papel ambíguo – ora reproduzindo discursos hegemônicos, ora funcionando como campo de insurgência simbólica. Nesse cenário, as imagens sonoras e a literatura produzidas por povos indígenas têm se tornado potentes veículos de denúncia, memória e reinvenção cultural.

Por séculos, as representações midiáticas limitaram-se a estereótipos redutores – o indígena como símbolo do passado, como obstáculo ao progresso ou como vítima passiva. No entanto, a digitalização e

a popularização das mídias vêm alterando esse panorama, permitindo que grupos historicamente marginalizados assumam novos papéis como sujeitos narrativos e agentes políticos. No caso das lutas indígenas, essa virada representa uma mudança epistemológica profunda: os povos originários deixam de ser objeto de representação para se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. Essa transformação rompe com o epistemicídio estrutural imposto pelas formas hegemônicas de conhecimento, permitindo a construção de uma ecologia de saberes e de uma disputa simbólica pela visibilidade, reconhecimento e justiça. A emergência da mídia indígena – impulsionada por redes sociais, documentários e coletivos audiovisuais – tem possibilitado a demarcação simbólica dos territórios de comunicação, uma extensão da luta territorial para o campo do imaginário.

Foi nesse espírito que Ailton Krenak discute, em uma entrevista em vídeo, o conceito de demarcação da tela enfatizando a importância da presença indígena no cinema, na televisão e nas artes visuais. Para Krenak, a apropriação das ferramentas audiovisuais pelos povos originários transforma esses dispositivos em instrumentos de luta, construindo contranarrativas ao documentar suas histórias, preservar a diversidade cultural e reivindicar direitos. Como ele afirma:

Demarcar a tela é exatamente um diálogo com esse audiovisual. A tela é a arte, é o cinema, é o horizonte das artes plásticas no sentido mais amplo. Tem havido uma presença significativa da arte indígena em Bienal, em mostras interessantes, ela já consegue circular fora do Brasil em outros ambientes. (KRENAK, 2022a, 2min34s)

Essa presença tem sido materializada por comunicadores como Cristian Wariu Tseremey'wa, jovem xavante que, por meio de seu canal no YouTube, traduz a realidade dos povos indígenas para as novas gerações. Ele rompe com a lógica da cultura do silêncio ao

assumir a posição de educador e tradutor cultural, afirmando que sua missão é fazer com que a juventude indígena e não indígena compreenda as complexidades de seus territórios e culturas e sugere:

Se engage com redes de proteção a esses territórios com informações disponíveis e verdadeiras e se articule com suas bases para barrar os retrocessos sociais e ambientais.
(WARIU TSEREMEY'WA, 2025, 7min21s)

Wariu denuncia ainda o desmatamento crescente no Mato Grosso, com impactos drásticos sobre os ecossistemas e as populações locais, com efeitos do chamado agrosuicídio, um modelo agroindustrial que, ao destruir a floresta, compromete o próprio futuro da agricultura, da biodiversidade e dos modos de vida sustentáveis. Nesse processo de insurgência simbólica, o audiovisual tem sido uma ferramenta de resistência e reexistência. Essas obras registram saberes tradicionais, práticas cotidianas e denúncias políticas a partir de uma perspectiva endógena, desafiando as narrativas colonialistas que historicamente definiram os povos originários. Filmes como *A Última Floresta* (LUIZ BOLOGNESI, 2021), feito em colaboração com Davi Kopenawa Yanomami, e *Martírio* (VINCENT CARELLI, 2016), são exemplos de como o audiovisual pode se tornar um território de disputa e de memória. Essas produções tensionam o olhar do espectador, convidando à escuta das vozes silenciadas e à reconfiguração das alianças entre arte, política e ancestralidade. A circulação dessas narrativas por plataformas digitais amplia seu alcance, conectando as lutas locais a causas globais como a justiça climática. Ao se tornarem visíveis e audíveis em escala planetária, os povos indígenas conquistam não apenas espaço, mas relevância política no debate contemporâneo sobre o futuro do planeta. Não se trata apenas de defender direitos humanos ou culturais, mas de reconhecer nos saberes indígenas alternativas concretas e vitais para a sustentabilidade ecológica global. A produção audiovisual indígena possibilita a criação de imagens e discursos que desafiam as representações coloniais e reivindicam

o protagonismo indígena na luta climática. Como discute Mitchell (2006), a imagem não é apenas uma representação estática, mas um campo de tensão entre o visível e o vivido, entre presença e ausência. Essa concepção sugere que a produção audiovisual indígena não apenas denuncia os impactos ambientais sobre seus territórios, mas também propõe novas formas de pensar o pertencimento e a memória.

A DEMARCAÇÃO DA TELA COMO GESTO POLÍTICO

Com base nesse entendimento, é fundamental destacar o papel de comunicadoras indígenas contemporâneas que, por meio das redes sociais, têm operado verdadeiros gestos de demarcação da tela, resignificando a imagem indígena no espaço digital e ampliando o alcance das epistemologias originárias. Essas estratégias midiáticas também podem ser lidas como práticas contemporâneas de etnogênese, atualizando símbolos identitários sob novas linguagens e suportes. Por exemplo:

1. Maira Gomez Jügoa (@cunhaporanga_oficial) – Comunidade Tatuyo (Amazonas): 492 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ Apropriação das redes sociais como ferramenta de visibilidade: Com seu grande alcance, Maira transforma o Instagram em um espaço de “demarcação da tela” (KRENAK, 2022a, 2min34s), dando voz e imagem à sua comunidade.
- ❖ Afirmação estética e identitária: As pinturas com urucum e jenipapo são expressões visuais de cosmologias indígenas, criando contranarrativas visuais que resignificam o corpo e a cultura, em oposição à visão folclórica e exotizada.
- ❖ Representação cotidiana como resistência: Ao mostrar o dia a dia da comunidade Tatuyo, ela rompe com o estereótipo do indígena “congelado no tempo” e insere a cultura Tatuyo na contemporaneidade.

2. **Katú Mirim (@katumirim)** – Guaraní Mbyá: 117 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ **Arte como instrumento de denúncia e decolonialidade:** Sua música e atuação pública tensionam a colonialidade do saber (Quijano), evidenciando a potência da arte indígena como gesto político.
- ❖ **Engajamento com pautas ambientais e sociais:** Atua como sujeito epistêmico nas redes, abordando temas como justiça climática, racismo ambiental e direitos dos povos originários.
- ❖ **Conexão entre ancestralidade e futuridade:** Transita entre o discurso tradicional e urbano, construindo pontes entre o território e as redes digitais como espaços de insurgência simbólica.

3. **Djuena Tikuna (@djuenatikuna)** – Etnia Tikuna: 32 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ **Uso da música como linguagem de resistência:** Através do canto em língua Tikuna, ela preserva e dissemina saberes ancestrais, articulando memória coletiva e territorialidade.
- ❖ **Jornalismo indígena e produção de narrativas próprias:** Como comunicadora, participa da reconfiguração do imaginário midiático sobre os povos indígenas, rompendo com o que Paulo Freire (1970, p. 1) chamou de “culturas do silêncio”.
- ❖ **Afirmção simbólica e espiritual da floresta:** Sua produção dialoga com os conceitos de ecologia dos saberes (Boaventura de Sousa Santos) e propõe uma reconexão espiritual com o território.

4. **Eliane Potiguara (@elianepotiguara)** – Etnia Potiguara: 18 mil seguidores no Instagram

Tópicos de Atuação:

- ❖ **Intelectualidade indígena e ativismo político:** Como escritora e ativista, Eliane atua no campo das epistemologias indígenas,

propondo alternativas ao pensamento hegemônico, especialmente em gênero e diversidade cultural.

- ❖ Literatura como contranarrativa: Sua obra questiona o apagamento histórico das mulheres indígenas, introduzindo sua subjetividade e agência no debate público.
- ❖ Mídia como instrumento de pedagogia crítica: Seu trabalho dialoga com Paulo Freire onde a comunicação é libertadora e educativa, sendo usada por ela para emancipar e politizar o público.

INSURGÊNCIA SIMBÓLICA E REDES DE RESISTÊNCIA

Essas comunicadoras indígenas representam, cada uma à sua maneira, o que o presente artigo denomina como insurgência simbólica, ao ocupar as redes sociais como territórios de fala e criação de mundos possíveis, em oposição à lógica colonial que historicamente silenciou os povos indígenas. Demarcar a tela é um gesto político — e elas fazem isso ao transformar seus corpos, vozes, imagens e narrativas em instrumentos de luta contra o epistemi-cídio e a crise climática.

Essa insurgência não se limita à contestação de estereótipos ou à denúncia de injustiças: ela inaugura um modo próprio de narrar o mundo, de se posicionar e de intervir na esfera pública. As redes digitais, nesse contexto, deixam de ser apenas espaços de visibilidade para se tornarem territórios de reinvenção simbólica, onde práticas de cuidado, memória, espiritualidade e pedagogia ancestral são compartilhadas com ampla audiência.

A democratização das tecnologias audiovisuais rompe com os dispositivos coloniais que historicamente representaram os povos indígenas a partir de uma ótica externa, antropológica ou folclorizante. Em vez disso, o audiovisual indígena, assim como as performances comunicativas em plataformas digitais, torna-se espaço de enunciação soberana e plural. É nesse novo campo de agenciamento que se afirmam epistemologias enraizadas no território, no corpo e na

ancestralidade — contra a racionalidade extrativista e a invisibilização sistemática.

Ao se apropriarem das linguagens da imagem, do som e da palavra, elas não apenas contestam narrativas dominantes, mas criam outras formas de viver e pensar em comunidade. São gestos de reexistência que articulam estética, política e espiritualidade, configurando uma rede de resistência que atravessa fronteiras geográficas e epistemológicas. São, também, sementes de futuros possíveis.

A DESCONEXÃO ENTRE POLÍTICAS CLIMÁTICAS E SABERES ORIGINÁRIOS

As políticas climáticas globais e nacionais, majoritariamente elaboradas a partir de paradigmas tecnocráticos e econômicos, frequentemente ignoram a profunda interdependência entre território, cultura e sustentabilidade ambiental. Essa falha não é acidental, mas expressão daquilo que Aníbal Quijano (2005) denominou colonialidade do poder — um regime de dominação que estrutura o conhecimento, a economia e a política a partir da imposição de valores ocidentais, marginalizando epistemologias não hegemônicas, como as dos povos indígenas.

No Brasil, a sistemática desconsideração da Convenção 169 da OIT, que assegura a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas sobre decisões que impactam seus territórios (SANTILLI, 2005), revela o descompasso entre o discurso oficial de proteção ambiental e a prática excludente da governança climática. Programas como Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, o REDD+, apesar de se apresentarem como soluções sustentáveis, muitas vezes operam a partir de uma lógica mercantil, tratando a floresta como ativo de mercado e invisibilizando os modos de vida tradicionais que historicamente garantiram sua preservação (ALBERT, 2020).

Essa abordagem reflete o que Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de epistemologia do Norte — uma forma de conhecimento dominante que desqualifica os saberes locais, orais, simbólicos e

espirituais. Ao desvalorizar o conhecimento indígena sobre manejo ambiental, o modelo ocidental de combate à crise climática impõe soluções que reforçam a lógica extrativista, acentuando o epistemicídio ambiental e afastando as comunidades originárias dos processos decisórios.

A crise climática é também uma crise de governança ambiental: um conflito entre as exigências do capital e a integridade ecológica dos territórios. O avanço desenfreado do agronegócio, da mineração e da exploração madeireira em terras indígenas no Brasil ilustra a força dos interesses econômicos sobre os direitos socioambientais. Estudos mostram que os territórios indígenas têm, comprovadamente, os menores índices de desmatamento (ISA, 2019); contudo, a flexibilização das leis ambientais tem avançado, ignorando o papel essencial dessas comunidades na preservação da biodiversidade.

A destruição das florestas não pode ser vista apenas como problema ecológico, mas como resultado de um modelo de desenvolvimento predatório que rompe os vínculos espirituais e materiais entre os povos indígenas e seus territórios. Esse modelo desconsidera que a floresta, para essas comunidades, é mais do que um recurso natural: é um ente vivo, um parente, um espaço de memória, cura e reciprocidade (KRENAK, 2022). A disputa entre preservação e exploração, além de ecológica, é também violenta. Relatórios do Conselho Pastoral da Terra (CONSELHO PASTORAL DA TERRA, 2022) indicam o crescimento alarmante de assassinatos, perseguições e ameaças a lideranças indígenas e defensores ambientais, o que evidencia que a exclusão indígena nas políticas públicas é um processo ativo de silenciamento, criminalização e extermínio — não apenas uma omissão.

Para reverter esse cenário de exclusão epistêmica e ecológica, é urgente adotar um modelo de governança climática intercultural, que reconheça os conhecimentos tradicionais como ativos epistemológicos, políticos e estratégicos para o enfrentamento da crise socioambiental. Não se trata apenas de valorizar esses saberes como

expressões culturais periféricas, mas de integrá-los aos processos decisórios como formas legítimas de conhecer, interpretar e manejar o mundo natural. A crise ambiental global é inseparável de uma crise ontológica e epistemológica (ARTURO ESCOBAR, 2014), ela decorre da imposição histórica de uma única racionalidade — ocidental, tecnocientífica, capitalista — que fragmenta o mundo em categorias utilitárias, rompendo os vínculos relacionais entre humanos e natureza.

Enfrentar essa crise exige mais do que inovações tecnológicas; demanda uma transformação profunda das formas de conhecimento e de governança da vida no planeta. No livro *Futuro Ancestral*, Ailton Krenak (2022) propõe uma reflexão crítica sobre a crise ambiental e a desconexão entre humanidade e natureza, defendendo a escuta das cosmologias indígenas como chave para reimaginar o tempo e o mundo. Por meio de textos e conferências com linguagem poética e oral, o autor questiona a linearidade ocidental e apresenta o futuro ancestral como continuidade ética com o passado. Em diálogo com o pensamento decolonial, mas com uma abordagem sensível e espiritual, Krenak valoriza a oralidade, os sonhos e o vínculo com a terra como formas legítimas de saber. A obra oferece uma alternativa à racionalidade extrativista, sendo essencial para debates sobre justiça climática e epistemologias do Sul.

Romper com o monopólio epistemológico do Ocidente significa, portanto, abandonar a ideia de que há uma única forma válida de racionalidade, abrindo espaço para a construção de plataformas de escuta e [co]decisão, nas quais os povos indígenas e outras comunidades tradicionais não sejam apenas consultados, mas atuem como protagonistas com poder deliberativo. Isso implica reconfigurar os processos participativos, superar o formato de consulta formal reconhecer o valor político, ético e ecológico das cosmologias indígenas na formulação de políticas públicas. Essa implementação de espaços de governança intercultural envolve a articulação entre diferentes regimes de conhecimento — científicos e tradicionais, institucionais

e comunitários – por meio de metodologias colaborativas, protocolos de consulta elaborados pelas próprias comunidades e instrumentos legais que reconheçam a pluralidade epistêmica como um direito coletivo. Espaços que devem ser concebidos como instâncias de disputa simbólica e política, como também de invenção democrática, nas quais a justiça climática se relacione diretamente com a justiça cognitiva.

Experiências em diversos territórios indígenas no Brasil já demonstram que a incorporação dos saberes locais em práticas de gestão ambiental gera resultados mais sustentáveis, inclusivos e eficientes. A implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), como o desenvolvido pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), constitui um exemplo emblemático da articulação entre epistemologias indígenas e governança socioambiental. Elaborados coletivamente pelas comunidades indígenas do Alto e Médio Rio Negro, os PGTAs operam como instrumentos de planejamento autônomo que expressam não apenas estratégias de uso e preservação do território, mas também visões cosmológicas e formas próprias de vida. Nesse contexto, rompem com a lógica colonial de tutela e reafirmam o protagonismo indígena na produção de políticas públicas, ao mesmo tempo em que estabelecem um diálogo intercultural com o Estado e com a sociedade civil. Trata-se de um gesto de justiça cognitiva, no qual os saberes tradicionais são reconhecidos como centrais para a construção de um futuro ambientalmente sustentável e culturalmente plural (FOIRN, 2024).

Portanto, a descolonização da governança ambiental não é apenas uma exigência moral ou jurídica: é uma condição necessária para a continuidade da vida. Em tempos de colapso ecológico, as epistemologias indígenas não oferecem apenas resistência – elas propõem outros modos de habitar o mundo, nos quais a relação com a terra é baseada em reciprocidade, cuidado e interdependência. Incorporar essas visões aos centros de decisão é, antes de tudo, reconhecer que há múltiplas formas de inteligência ecológica em curso, e que

nenhuma delas, isoladamente, será capaz de salvar o planeta. O fortalecimento da mídia indígena, a valorização dos saberes ancestrais e a consolidação de políticas públicas baseadas na justiça ambiental e na diversidade epistêmica são passos decisivos para romper com as culturas do silêncio e para construir formas sustentáveis de convivência com o planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aqui proposto partiu da análise do apagamento epistêmico enfrentado pelos povos indígenas no contexto da crise climática, buscando compreender de que modo seus saberes tradicionais, frequentemente marginalizados nas políticas públicas ambientais, vêm sendo reativados por meio de práticas midiáticas contemporâneas. Com base em uma abordagem decolonial, procuramos demonstrar que a emergência de mídias indígenas – especialmente nas redes sociais, no audiovisual, na literatura e na oralidade digital – constitui um gesto político de resistência simbólica e reexistência cultural.

Ao longo do texto, argumentamos que a desvalorização dos conhecimentos indígenas está diretamente ligada à lógica da colonialidade do saber e ao epistemicídio (SANTOS, 2007; QUIJANO, 2005). No entanto, essa exclusão vem sendo contestada por comunicadoras e comunicadores indígenas que assumem protagonismo na formulação de contranarrativas audiovisuais, rompendo com as representações hegemônicas e promovendo processos ativos de etnogênese e de justiça cognitiva. Através de suas vozes, imagens, performances e histórias, constroem-se novas formas de existir e de intervir nos debates sobre o futuro do planeta.

As práticas de “demarcação da tela” (KRENAK, 2022, 2min34s), aqui exemplificadas por Maira Gomez, Katú Mirim, Djuena Tikuna e Eliane Potiguara, revelam como o uso estratégico da imagem, da música, da palavra e da presença digital pode operar como ferramenta de visibilidade, denúncia e afirmação identitária. Esses gestos

comunicativos ultrapassam a função estética ou documental, configurando-se como formas de ação política em um mundo em disputa. São territórios simbólicos onde se afirma o direito à narrativa, à memória e à presença no tempo presente.

Reafirmamos, assim, que o fortalecimento das mídias indígenas é não apenas uma questão de representatividade, mas uma condição indispensável para a construção de políticas ambientais mais justas, plurais e eficazes. Valorizar as epistemologias indígenas no debate climático é reconhecer que há múltiplas formas de inteligência ecológica em curso – e que nenhuma solução duradoura será possível sem a escuta, o reconhecimento e o protagonismo das vozes originárias. Essa valorização também exige a descolonização dos dispositivos de formulação de políticas públicas, que devem ser abertos à pluralidade epistêmica e à participação deliberativa dos povos indígenas. É nesse horizonte que a imagem indígena, antes silenciada, emerge como potência criadora de mundos: para denunciar os efeitos da crise ambiental e para afirmar outros modos de viver, resistir e cuidar do planeta – modos nos quais o futuro não é um território vazio a ser explorado, mas uma continuidade ética do passado que ainda pulsa nos cantos, nos rituais, nos saberes e nas imagens que resistem. Cabe à sociedade majoritária reconhecer essas vozes, escutar e dialogar com elas em pé de igualdade, contribuindo para a construção de uma justiça climática que seja, também, uma justiça narrativa e histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, B. *Yanomami: l'esprit de la forêt*. Paris: Plon, 2020.

BARTH, F. Enduring and emerging issues in the analysis of ethnicity. In: VERMEULEN, H; GOVERS, C. (ed.). *The anthropology of ethnicity: beyond ethnic groups and boundaries*. Amsterdam: Het Spinhuis, 1994. p. 11–32.

BOLOGNESI, L. (Direção). *A Última Floresta*. [Filme], Brasil: Gullane, 2021. 74 min. Em colaboração com Davi Kopenawa Yanomami.

- CARELLI, V. (Direção). *Martírio*. [Filme], Brasil: Vídeo nas Aldeias, 2016. 162 min.
- DE PAULA, S. *Popular cultural production and political action*. Saarbrücken: VDM Publishing, 2006.
- ESCOBAR, A. *Sentipensar a Ecologia: A Transformação dos Territórios e a Defesa da Vida*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2014.
- ERIKSEN, T. H. *Ethnicity and nationalism: anthropological perspectives*. Londres: Pluto Press, 1993.
- FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN). *Planos de Gestão Territorial e Ambiental do Alto e Médio Rio Negro*. 2024. Disponível em: <https://pgtas.foirn.org.br>. Acesso em: 18 abr. 25.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Relatório Anual sobre Territórios Indígenas e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: ISA, 2021.
- JENKINS, R. Rethinking ethnicity: identity, categorization and power. *Ethnic and Racial Studies*, Inglaterra, v. 17, n. 2, p. 197–223, 1994.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. *Demarcar a tela – arte, cinema e resistência indígena*. [S. l.]: Instituto Socioambiental, 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pFHMZVXgjuU>. Acesso em: 2 abr. 2025
- KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.
- MIRZOEFF, N. *An Introduction to Visual Culture*. Routledge, 1999.
- MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want? The lives and loves of images*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 109–130, 2005.
- ROOSENS, E. *Creating Ethnicity: The Process of Ethnogenesis*. Newbury Park: Sage Publications, 1989.
- RUSSELL, C. *Experimental Ethnography: The Work of Film in the Age of Video*. Durham: Duke University Press, 1999.
- SANTILLI, M. *Povos Indígenas e o Meio Ambiente*. Brasília: Instituto Socioambiental, 2005.

SANTOS, B. S. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2007.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? In: LANDRY, D.; MACLEAN, G. (org.). *A crítica da razão pós-colonial*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Valéria Ribeiro Correa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WARIU TSEREMEY'WA, C. Jovem indígena fala sobre a luta nas redes. *YouTube, Canal Wariu – Cultura Indígena*, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s53EZqiKv44&t=23s>
Acesso em: 2 abr. 2025.